

REQUERIMENTO Nº , DE 2018.

(Do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública para homenagear a memória dos Bispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes de Almeida, que marcaram a história com trabalhos respeitáveis em prol dos direitos humanos, no Brasil.

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para homenagear a memória dos Bispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes de Almeida, que marcaram a história com trabalhos respeitáveis em prol dos direitos humanos, no Brasil.

Para a referida audiência sugerimos os seguintes nomes:

- 1) Cardeal Sergio da Rocha - Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- 2) Padre José Ernane Pinheiro – Sacerdote Católico, escritor e membro da Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República.
- 3) Marcelo Barros de Sousa - Monge Beneditino, escritor e um dos fundadores do Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”.
- 4) Leonardo Boff – Teólogo, escritor e professor universitário brasileiro
- 5) Maria Valéria Resende – Pedagoga e escritora Brasileira

JUSTIFICATIVA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em 1948, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e reúne uma série de direitos considerados básicos para que qualquer pessoa tenha uma vida digna.

Entre os principais direitos humanos estão os direitos à igualdade, à liberdade e à segurança pessoal. Também fazem parte da lista direitos como moradia, educação e saúde. Neste contexto é que se faz jus homenagear figuras eclesiais que marcaram a história na defesa dos direitos humanos e que sempre exerceram fielmente os direitos firmados na Declaração Universal do Direitos Humanos.

Dom Jose Maria Pires em todo o tempo, além de missionário nato da igreja católica, lutava pela defesa e pela promoção dos direitos humanos, foi ai que cravou suas marcas, em defesa do próximo, em toda sua vida, especialmente nos momentos de repressão da ditadura militar, colocando-se sempre a favor dos perseguidos, criando condições objetivas como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, além de outras iniciativas voltadas para as pessoas em estado de vulnerabilidade social, como a Equipe de Promoção Humana, Igreja Viva, Operação Gota D'água, além de todo apoio às Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) e às mais diversas Pastorais.

Dom Helder Câmara é uma dessas figuras, enquanto arcebispo de Olinda e Recife foi um dos expoentes católicos que sempre lutou em benefício de melhores condições de vida para os mais pobres, especialmente na época da ditadura militar. Falecido em 1999, o religioso é reconhecido como exímio defensor dos Direitos Humanos. Na década de 1950, Dom Helder fundou obras sociais como a Cruzada São Sebastião, cujo objetivo era atender os moradores das favelas, e o Banco da Providência, que organizava doações e microcrédito para as famílias de baixa renda. Dom Helder exerceu ainda funções na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro e no Conselho Nacional de Educação. Foi também um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por sua trajetória, reconhecida internacionalmente, foi o único brasileiro cotado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz. Em 2017, foi sancionada uma Lei em que Dom Helder é considerado o patrono brasileiro dos direitos humanos.

Dom Luciano Mendes de Almeida foi Arcebispo de Mariana, em Minas Gerais, presidente e secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e secretário na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em 1979, em Puebla, no México. Dedicou sua trajetória à caridade, sobretudo às crianças e aos mais humildes. Fundou a Pastoral do Menor, que inspirou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Em 27 de junho de 2002, Dom Luciano esteve no Instituto Humanitas Unisinos - IHU proferindo a conferência A Reinvenção do Bem Comum e o Ensino Social da Igreja.

Dom Helder Câmara veio a falecer em 27 de agosto de 1999, Dom Luciano Mendes de Almeida faleceu em 27 de agosto de 2006 e Dom José Maria Pires partiu em 27 de agosto de 2017. Por similaridades, eles foram para casa do Pai no mesmo dia e mês, mais seus ensinamentos e suas histórias são eternizadas nos pensamentos de muitos defensores e defensoras de direitos humanos, no Brasil. Consideramos então, de interesse desta Comissão, debater seus feitos e reavivar a memória das lutas pelos direitos humanos no Brasil, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação dessa audiência pública.

Sala das Comissões, 06 e julho de 2018.

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB